

MAPEAMENTO CULTURAL. ENFRENTAR O DESAFIO DE POLÍTICAS E PLANEAMENTO CULTURAIS MAIS PARTICIPATIVOS E PLURALISTAS

CULTURAL MAPPING. ADDRESSING THE CHALLENGE OF MORE PARTICIPATORY AND PLURALISTIC CULTURAL PLANNING AND POLICIES

CARTOGRAPHIE CULTURELLE. RELEVER LE DÉFI D'UNE PLANIFICATION ET DE POLITIQUES CULTURELLES PLUS PARTICIPATIVES ET PLURALISTES

CARTOGRAFÍA CULTURAL. ABORDAR EL RETO DE UNA PLANIFICACIÓN Y UNAS POLÍTICAS CULTURALES MÁS PARTICIPATIVAS Y PLURALISTAS

Nancy Duxbury

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Tradução de Ana Oliveira

Dinâmia'CET, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Lisboa, Portugal

Tradução de Henrique Grimaldi Figueredo

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil

RESUMO: O termo *mapeamento cultural* refere-se tanto a um campo interdisciplinar de investigação, abrangendo uma série de abordagens utilizadas em diversos contextos como a um instrumento e método de investigação, organização e apresentação; como uma praxis geradora de *insight*, como instrumento de planeamento e desenvolvimento participativo incorporado no "envolvimento comunitário e criação de espaços para incorporar histórias multivocais" (Duxbury & Saper, 2015: n.p.). A evolução do mapeamento cultural entrelaça a investigação académica e artística com contextos políticos, de planeamento e de advocacia. Os seus atuais contornos metodológicos foram influenciados por cinco principais trajetórias de mapeamento cultural: empoderamento da comunidade e contra-mapeamento, política cultural, governança municipal, mapeamento como prática artística, e investigação académica. Este artigo fornece uma visão geral deste campo, identifica alguns dos objetivos e questões com os quais os investigadores estão atualmente envolvidos, e oferece perguntas e sugestões para orientar os esforços no sentido de construir ligações mais estreitas com os domínios da política e planeamento culturais.

Palavras-chave: mapeamento cultural, planeamento, políticas culturais, desenvolvimento participativo.

ABSTRACT: The term *cultural mapping* refers to both an interdisciplinary field of research, encompassing an array of approaches used in diverse contexts as a tool and method of inquiry, organization, and presentation; and an insight-generating praxis, as a participatory planning and development tool embedded in "communal engagement and the creation of spaces to incorporate multivocal stories" (Duxbury and Saper, 2015: n.p.). The evolution of cultural mapping intertwines academic and artistic research with policy, planning, and advocacy contexts. Its current methodological contours have been informed by five main cultural mapping trajectories: community empowerment and counter-mapping, cultural policy, municipal governance, mapping as artistic practice, and academic inquiry. This article provides an overview of this field, identifies some of the objectives and issues with which researchers are currently engaging, and offers questions and suggestions to guide efforts to build closer connections with the realms of cultural policy and planning.

Keywords: cultural mapping, planning, cultural policies, participatory development.

RÉSUMÉ: Le terme de *cartographie culturelle* fait référence à la fois à un domaine de recherche interdisciplinaire, couvrant un éventail d'approches utilisées dans différents contextes, et à un instrument et une méthode de recherche, d'organisation et de présentation; comme une praxis génératrice d'idées, comme un instrument de planification et de développement participatif incarné dans "l'engagement communautaire et la création d'espaces pour l'incorporation d'histoires multivocales" (Duxbury et Saper, 2015 : n.p.). L'évolution de la cartographie culturelle entrelace la recherche universitaire et artistique avec les contextes politiques, de planification et de défense des droits. Ses contours méthodologiques actuels ont été influencés par cinq grandes trajectoires de cartographie culturelle: l'autonomisation des communautés et la contre-cartographie, la politique culturelle, la gouvernance municipale, la cartographie en tant que pratique artistique et la recherche universitaire. Ce article

donne un aperçu de ce domaine, identifie certains des objectifs et des problèmes auxquels les chercheurs sont actuellement confrontés, et propose des questions et des suggestions pour orienter les efforts visant à établir des liens plus étroits avec les domaines de la politique et de la planification culturelles.

Mots-clés: cartographie culturelle, planification, politiques culturelles, développement participatif.

RESUMEN: El término *cartografía cultural* se refiere tanto a un campo de investigación interdisciplinario, que abarca una gama de enfoques utilizados en diferentes contextos, como a un instrumento y un método de investigación, organización y presentación; como una praxis generadora de conocimientos, como un instrumento de planificación y desarrollo participativo encarnado en "el compromiso de la comunidad y la creación de espacios para incorporar historias multivocales" (Duxbury y Saper, 2015: n.p.). La evolución de la cartografía cultural entrelaza la investigación académica y artística con los contextos políticos, de planificación y de promoción. En sus actuales contornos metodológicos han influido cinco trayectorias principales de la cartografía cultural: el empoderamiento de la comunidad y la cartografía de contrapartida, la política cultural, la gobernanza municipal, la cartografía como práctica artística y la investigación académica. En el presente documento se ofrece un panorama general de este campo, se identifican algunos de los objetivos y cuestiones con los que los investigadores se ocupan actualmente y se formulan preguntas y sugerencias para orientar los esfuerzos encaminados a establecer vínculos más estrechos con los campos de la política y la planificación culturales.

Palabras-clave: cartografía cultural, planificación, políticas culturales, desarrollo participativo.

1. Introdução

O termo *mapeamento cultural* refere-se tanto a um campo interdisciplinar de investigação, abrangendo uma série de abordagens utilizadas em diversos contextos como a um instrumento e método de investigação, organização e apresentação; como uma praxis geradora de *insight*, como instrumento de planeamento e desenvolvimento participativo incorporado no "envolvimento comunitário e criação de espaços para incorporar histórias multivocais" (Duxbury & Saper, 2015: n.p.). A evolução do mapeamento cultural entrelaça a investigação académica e artística com contextos políticos, de planeamento e de advocacia. Os seus atuais contornos metodológicos foram influenciados por cinco principais trajetórias de mapeamento cultural: empoderamento da comunidade e contra-mapeamento, política cultural, governança municipal, mapeamento como prática artística, e investigação académica (ver Tabela 1). Este artigo fornece uma visão geral deste campo, identifica alguns dos objetivos e questões com os quais os investigadores estão atualmente envolvidos, e oferece perguntas e sugestões para orientar os esforços no sentido de construir ligações mais estreitas com os domínios da política e planeamento culturais.

No seu âmago, o mapeamento cultural é definido como "um processo de recolha, registo, análise e síntese de informação a fim de descrever os recursos culturais, redes, ligações e padrões de utilização de uma dada comunidade ou grupo" (Stewart, 2007: 8). Janet Pillai (2013: 1) refere-se ao mapeamento cultural como fornecendo "uma imagem integrada do caráter cultural, significado e funcionamento de um lugar", de modo a ajudar as comunidades a reconhecer, celebrar, e apoiar a diversidade cultural para o desenvolvimento económico, social e regional. Cristina Ortega Nuere e Fernando Bayón (2015) assinalam um duplo papel para o mapeamento cultural: como *testemunha*, dando conta do que existe, verificando e registando as práticas e infraestruturas existentes, e como instrumento para *detetar as lacunas* e destacar e partilhar a *décalage* (desajuste) entre os desejos dos cidadãos e o planeamento institucional. Globalmente, o campo emergente enfatiza a importância de ligar a investigação académica e artística com conhecimentos e sistemas baseados na prática, encorajando fluxos de conhecimento multidirecionais e ligações à abordagem de questões sociais e outras questões da "vida real".

As principais abordagens ao mapeamento cultural tendem a reconhecer a natureza mutável e fragmentada de muitas comunidades e visam refletir e privilegiar conhecimentos locais pluralistas, perceções de importância, e formas de compreensão. Os mapas emergentes deste trabalho não se propõem tornar os espaços físicos estáticos, conotar a propriedade, ou articular e reivindicar território. Pelo contrário, visam, de várias maneiras, destacar a vida dinâmica dos lugares na sua complexidade, diversidade e riqueza.

Principais trajetórias que fundamentam a prática do mapeamento cultural

Empoderamento comunitário/contra-mapeamento

Esta trajetória inclui o mapeamento cultural em comunidades e territórios indígenas, bem como o desenvolvimento comunitário mais amplo e as tradições de ação coletiva relativas a contra-mapeamentos ou "mapas alternativos"; mapeamentos de cidadãos e atlas de pessoas; e mapeamento para a mudança. Estas tradições contra-mapeadoras procuram geralmente incorporar conhecimentos alternativos e sentidos alternativos de espaço e lugar nos processos de mapeamento. O objetivo destes tipos de mapas culturais não é apenas opor-se a perspetivas dominantes, mas, potencialmente, também construir pontes para elas (Crawhall, 2007). Estas bases impulsionaram práticas de mapeamento cultural em contextos de relações de poder desiguais e ao serviço da articulação de vozes e perspetivas marginalizadas na sociedade.

Principais trajetórias que fundamentam a prática do mapeamento cultural (cont.)

Política cultural

Influenciados por estas tradições de emancipação da comunidade, num relatório da UNESCO, Tony Bennett e Colin Mercer (1997) identificaram o mapeamento cultural como um vetor chave para melhorar a cooperação internacional na investigação de políticas culturais. O mapeamento cultural, com a sua incorporação de mapeamento qualitativo e quantitativo de recursos, valores e utilizações culturais, foi visto como um catalisador e veículo para reunir os setores académico, comunitário, industrial e governamental. Desde essa altura, duas vias de trabalho desenvolveram-se a partir daí: 1) atenção crescente à definição e mapeamento da presença e desenvolvimento de setores culturais e criativos (ver Redaelli, 2015); e 2) inquéritos mais holísticos sobre a cultura local e o desenvolvimento do local.

Mapeamento cultural e governança municipal

À medida que o planeamento cultural se tornou mais estabelecido nos governos locais e que a cultura se tornou mais integrada no âmbito de iniciativas mais amplas de desenvolvimento estratégico e planeamento, tem havido uma pressão crescente para identificar, quantificar e localizar geograficamente bens culturais (tais como instalações, organizações, arte pública, património, etc.) de modo a que possam ser considerados em contextos multissetoriais de tomada de decisão e planeamento. Esta atividade tem sido impulsionada, por um lado, pela crescente atenção em colocar a promoção no contexto do turismo e da (muitas vezes relacionada) atração de investidores e trabalhadores qualificados. Por outro lado, incluiu também iniciativas participativas relativas ao desenvolvimento da comunidade e à melhoria da qualidade de vida em bairros específicos ou outras áreas-alvo. No seu conjunto, estas considerações deram origem a um quadro de mapeamento cultural municipal com três objetivos: construir uma base de conhecimentos, mobilizar a colaboração comunitária, e elaborar estratégias ou tomar decisões.

Abordagens artísticas ao mapeamento cultural

O mapeamento há muito que informa o trabalho dos artistas, particularmente os envolvidos em obras públicas e práticas artísticas socialmente engajadas. Uma grande variedade de artistas a nível internacional tem demonstrado interesse crítico e criativo em mapas, mapeamento, estética relacional, questões de urbanização, e envolvimento social - e tem participado extensivamente em iniciativas de mapeamento cultural. O papel dos artistas e das artes como agentes para melhorar o autoconhecimento da comunidade e o desenvolvimento sustentável da comunidade surgiu como uma área significativa de interesse de investigação e prática artística.

Investigação académica

A chamada "viragem espacial" [do original spatial turn] influenciou quase todas as áreas do trabalho académico, e a preocupação pós-moderna inicial com o espaço, o lugar e a espacialidade lançou as bases para a prática do mapeamento cultural contemporâneo. As correntes de investigação académica estreitamente ligadas à cartografia e à produção de mapas também informam as atuais abordagens teóricas e práticas. Podemos observar uma reviravolta desde a investigação sobre "a natureza cultural ou o enraizamento dos mapas" até aos "mapas como agentes de investigação cultural", impulsionados e influenciados por uma variedade de discursos e críticas académicas, incluindo aquelas sobre a subjetividade da cartografia, a utilização de mapas para melhor compreender as relações homem-ambiente, a natureza do espaço, o lugar como local de representação contestado, e a cartografia como ação simbólica e social.

Tabela 1: Cinco principais trajetórias que fundamentam a prática do mapeamento cultural

Adaptado de: Duxbury, Garrett-Petts & McLennan (2015)

Como prática que é incorporada nos sistemas de planeamento, bem como independentemente pelos ativistas-residentes e investigadores (em apoio ou em oposição aos sistemas de planeamento oficiais), o mapeamento cultural está imbuído de dimensões políticas. As raízes do mapeamento cultural incluem tradições contra-mapeadoras que dão voz e articulam perspetivas que são contrárias aos pontos de vista e entendimentos mainstream (ver Mesquita, 2013). Jack Jen

Giesecking (2013: 723) descreve isto como "colocar a cartografia e os mapas nas mãos das pessoas para permitir diferentes pontos de vista e formas de compreensão e aumentar a agência na compreensão, direitos e utilização dos espaços". Desta forma, o mapeamento cultural é visto como um mecanismo para promover a governação democrática, intervenções lideradas pelos cidadãos, e "responsabilidade democrática na gestão da cidade", com base em processos que lideram novos modos de interação participativa com os cidadãos e que utilizam novas tecnologias (Ortega Nuere & Bayón, 2015: 9; ver também Nummi and Tzoulas, 2015; Veronnezzi Pacheco & Carvalho, 2015).

O mapeamento pode ser utilizado para definir e estruturar, para interrogar e sondar, para desafiar, e para imaginar possibilidades e alternativas. Por exemplo, os artigos de um recente número duplo e especial da revista *Culture and Local Governance sobre "Cultural Mapping in Planning and Development Contexts"* [Mapeamento Cultural em Contextos de Planeamento e Desenvolvimento]¹ demonstraram como os projetos de mapeamento cultural estão a abordar uma grande variedade de objetivos, por exemplo:

- reconhecer, articular e valorizar os aspetos culturais da qualidade de vida e bem-estar coletivo de uma comunidade;
- definir os espaços e dinâmicas ligados aos ambientes de convívio e vibração ou aos de aborrecimento, medo ou conflito;
- identificar locais de atividade criativa e inspiração;
- explorar o significado multifacetado dos espaços urbanos partilhados; e
- interpretar os efeitos tangíveis e intangíveis da reorganização e reordenamento do espaço urbano (Duxbury, 2015).

À medida que os objetivos e contextos dos projetos de mapeamento cultural se diversificam, as limitações das abordagens "tradicionais" de mapeamento cultural estão a tornar-se mais evidentes, alimentando tanto questões concetuais como pragmáticas e iniciativas para as abordar e refinar. Danielle Deveau e Abby Goodrum (2015) esboçam uma série de questões, incluindo definições demasiado simplificadas derivadas de categorizações que não captam adequadamente atividades, eventos e espaços complexos; a aplicabilidade de categorias de "grandes cidades" que podem deturpar a "vitalidade cultural" em lugares menores; a invisibilidade de algumas atividades culturais; e o dilema de que algumas atividades culturais não são conducentes ao mapeamento, tais como festivais ou eventos que deslocam locais, ou trabalho "virtual". As questões em torno do que conta como cultura vêm à tona quando as intervenções de investigação em torno do mapeamento cultural são realizadas em locais que não são normalmente destacados nos mapas culturais 'oficiais' - tais como áreas suburbanas ou bairros marginais.

Por exemplo, as limitações de uma abordagem tradicional de mapeamento cultural "de cima para baixo" (centrada em bens culturais tangíveis) tornou-se evidente durante um projeto-piloto para mapear de perto as características culturais de um bairro marginal de uma cidade canadiana que não foi rotulado como contendo bens culturais. O projeto-piloto mostrou que os projetos de mapeamento cultural - "particularmente aqueles que são enquadrados por um modelo pré-

¹ A edição especial está disponível (em acesso aberto) aqui: <https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clg-cgl>.

definido para categorizar os recursos culturais com grande ênfase nos recursos culturais tangíveis - podem subestimar grosseiramente o nível de atividade cultural num bairro" (Dick, 2015: 86-87). A experiência forçou a equipa de mapeamento cultural da cidade a repensar a forma como a cultura é definida e categorizada, e a colocar uma maior ênfase em "abordagens comunitárias de mapeamento cultural de bairro que reconhecem a importância dos recursos culturais intangíveis" (Dick, 2015: 95).

Tanto no contexto da investigação como no da política/praxis, o campo está a lidar com as limitações das abordagens de mapeamento cultural tradicional, incluindo a conceptualização da cultura não só como fator de dinamismo económico, promoção da identidade local, e política cultural, mas mais profundamente, revelando as formas multifacetadas em que a cultura está enraizada e é moldada, e produzida a partir das relações entre as pessoas, lugar, e significado. Dentro deste contexto mais amplo, um foco de muitos esforços de investigação e intervenções artísticas é como integrar bens e aspetos culturais intangíveis nos processos de mapeamento cultural e nos mapas resultantes.

2. Articulando aspetos culturais tangíveis e intangíveis

A ênfase atual nas dimensões tangível e intangível da cultura representa um momento importante no desenvolvimento do mapeamento cultural como método e campo de investigação interdisciplinar. Os bens culturais tangíveis são mais facilmente quantificados (por exemplo, espaços físicos, organizações culturais, formas públicas de promoção e autorrepresentação, arte pública, indústrias culturais, património natural e cultural, arquitetura, pessoas, artefactos e outros recursos materiais), enquanto que os bens culturais *intangíveis* são de natureza mais qualitativa (por exemplo, valores e normas, crenças e filosofias, linguagem, narrativas comunitárias, histórias e memórias, relações, rituais, tradições, identidades, e sentido de lugar partilhado). Juntas, ambas as dimensões da cultura ajudam a definir comunidades (e ajudam as comunidades a definir-se a si próprias) em termos de identidade cultural, vitalidade, sentido de lugar e qualidade de vida.

O trabalho centrado em intangíveis culturais visa articular as formas como os significados e valores podem ser fundamentados em lugares específicos e experiências corporizadas, e demonstrar como são fundamentais para compreender um lugar e como são significativos para os seus residentes e visitantes (Longley & Duxbury 2016). Esta investigação centra-se no mapeamento das intangibilidades de um lugar, os elementos que não são facilmente contados ou quantificados (por exemplo, contos, histórias, etc.), os aspetos que fornecem um "sentido de lugar" e identidade a locais específicos. Como Ortega Nuere e Bayón (2015: 11) sublinham, o mapeamento cultural é "uma tática imbatível para tornar o intangível visível e valioso" - o mapeamento cultural pode registar o invisível, o que não está lá, o que está ausente, o que falta, e o que está provado e afirmado. O mapeamento cultural pode revelar os efeitos indiretos e intangíveis dos processos sobre os cidadãos, destacar "como a transformação urbana tem efeitos e significados muito diversos que são silenciados" (Ortega Nuere & Bayón, 2015: 18), e sugerir "os pontos cegos na consciência da vida comum que marcam as transformações urbanas" (Ortega Nuere & Bayón, 2015: 20). Alinhada com esta perspetiva, a investigação de Soledad Balerdi (2015), por exemplo, insere-se no contexto das tentativas contemporâneas de inverter os padrões históricos de "invisibilização" das populações indígenas, chamando a atenção para "a historicidade dos processos de visibilidade e invisibilidade dos vários grupos sociais na formação da identidade nacional". (Balerdi, 2015: 158).

O mapeamento cultural é uma metodologia que também pode apoiar uma interpretação do espaço. Tanto a nível individual como coletivo, é um meio de nos localizarmos no mundo "física, cultural e psicologicamente", bem como politicamente (Veronnezzi, Pacheco & Carvalho, 2015: 119). Os processos de mapeamento proporcionam formas de interagir criativamente com a realidade urbana, de descobrir e articular perspetivas diversas, e de gerar significados e valores únicos que podem ser partilhados (Ortega Nuere & Bayón, 2015; ver também Saper & Duxbury, 2015).

Este trabalho alinha-se, em parte, com o trabalho da UNESCO sobre o património cultural imaterial e a sua defesa do mapeamento cultural. Os pontos de vista da UNESCO sobre mapeamento cultural expandiram-se de um foco inicial na criação de inventários para incorporar interpretações individuais e coletivas da cultura e como estas dimensões culturais influenciam as perceções das pessoas sobre os lugares. O mapeamento cultural é agora visto como indo "além da cartografia rigorosa para incluir não só a terra, mas também outros recursos culturais e informação registada por técnicas alternativas" (UNESCO – Bangkok Office, 2015: n.p.).

A UNESCO tem demonstrado um interesse particular em projetos de mapeamento cultural conduzidos por comunidades indígenas para ajudar a revitalizar e transmitir conhecimento cultural, bem como para construir coesão comunitária e permitir uma melhor gestão dos recursos culturais (UNESCO, 2003; Crawhall, 2007). O processo de auditoria ou inventário de recursos culturais intangíveis serve, no curto prazo, para criar "materiais tangíveis que ajudam a representar, explicar e gerir o que de outra forma é invisível... [a fim] de ajudar a auditar o que está em risco e criar meios de comunicação para ajudar os outros a aprender e apreciar o que antes era invisível" (Crawhall, 2001: n.p.). Tais projetos têm criticado as abordagens gerais da gestão de recursos culturais e contribuído para uma compreensão mais matizada da cultura à medida que esta se incorpora em lugares reais e entre membros de comunidades reais, o que, ao longo do tempo, influenciou o campo mais vasto.

Por exemplo, a abordagem de Gestão de Auditoria de Recursos Culturais (CRAM - Cultural Resources Audit Management) desenvolvida pelo Instituto Sul Africano de San enfatiza que a base de conhecimento pode ser fragmentada com acesso desigual aos recursos culturais; valoriza a capacidade intelectual de uma comunidade e a sua autodefinição de recursos significativos; e dá prioridade à epistemologia e à estrutura cultural dos sistemas de conhecimento indígenas não dominantes na identificação e localização "do que tem valor para o bem-estar financeiro e espiritual da comunidade" (Crawhall, 2001: n.p.). Dentro desta abordagem, o património cultural intangível é definido em termos gerais como

aquilo que existe intelectualmente na cultura. Não é um item físico ou tangível. O património intangível inclui canções, mitos, crenças, superstições, poesia oral, bem como várias formas de conhecimento tradicional, tais como o conhecimento etnobotânico. Para o San Kalahari meridional, cada árvore e muitos outros sítios físicos fazem parte do seu património intangível, uma vez que a sua história está associada a estes sítios através de histórias, nomes e canções. ... (Crawhall, 2001: n.p.)

Por sua vez, os recursos culturais são definidos como os são definidos como os que têm uma aplicação atual, à qual a comunidade pode recorrer: "Os recursos culturais incluem sistemas de conhecimento indígenas tradicionais, mas também o canto, a dança, o conhecimento da história e

da experiência da comunidade, a capacidade de interpretar eventos a partir de uma posição particular, culturalmente informada, etc.". (Crawhall, 2001: n.p.).

Num relatório de 2003 para a UNESCO, Peter Poole salientou que para os povos indígenas o mapeamento se tornou um instrumento para recuperar o controlo do território perdido, negociar direitos de acesso aos recursos tradicionais, ou defender territórios reconhecidos contra a extração indiscriminada de recursos. Conhecido como *mapeamento da posse*, tais mapas são "gerados no decurso de conversas no seio das comunidades e viagens sobre o território" e normalmente mostram nomes locais, recursos tradicionais, movimentos e atividades sazonais, e lugares especiais (UNESCO, 2003: 13). Poole vê estes mapas de posse como mapas culturais. Argumenta que a única distinção entre mapas de posse e mapas culturais está na forma como são utilizados: o objetivo dos mapas de posse é concentrar-se nas ligações culturais que podem ser colocadas num mapa para ilustrar de forma enfática e precisa as ligações históricas e culturais entre os povos indígenas e os seus territórios ancestrais, enquanto que o mapeamento cultural está centrado na *vitalização cultural*.

Nesta linha, as iniciativas para mapear conhecimentos, espaços, culturas e práticas intangíveis visam não só documentar e preservar esta informação, mas também catalisar e impulsionar as tradições culturais e os conhecimentos para o futuro. Como o manual da Equipa de Conservação da Amazônia sobre a *Metodologia de Mapeamento Cultural Colaborativo* (2008: 4) nota, "mapear, gerir, e proteger" são os três processos intrinsecamente ligados necessários para salvaguardar o ambiente e reforçar a cultura. Cada um destes processos toma forma através da liderança comunitária, discussão coletiva, e colaboração estratégica, levando a uma melhor base a partir da qual agir: "Quando uma comunidade é capaz de articular e representar sistematicamente o seu conhecimento das suas terras, ganha as ferramentas necessárias para estabelecer leis, gerir sistemas produtivos, implementar metodologias de proteção e melhorar a sua qualidade de vida".

De uma perspetiva canadiana, M. Sharon Jeannotte (2016) associa iniciativas de contadores de histórias comunitárias, que visavam descobrir as dimensões culturais intangíveis das suas comunidades, à investigação contemporânea que investiga a inclusão de valores e bens culturais num quadro de "serviços ecossistémicos" (ver Chan *et al.* 2012). Ela sugere que o desenvolvimento sustentável local tende a estar mais intimamente ligado aos bens culturais intangíveis do que aos bens tangíveis, e recomenda que o mapeamento cultural seja entendido como um "primeiro passo numa viagem mais longa em direção à sustentabilidade cultural" (Jeannotte, 2016: 41).

3. Mapeamento cultural nas políticas e planeamentos culturais

Como o mapeamento cultural pode se tornar uma parte mais integrada da política e planeamento cultural, e simultaneamente inserir-se em processos mais amplos de política e planeamento? Esta questão exige que consideremos dois 'tipos ideais' de projetos de mapeamento cultural. Conforme examinado por Raquel Freitas no artigo "*Cultural Mapping as a Development Tool*" (2016), podemos distinguir entre abordagens instrumentais e utilitárias alinhadas a uma "inteligência da indústria cultural" e abordagens humanísticas e integradas com o que vem sendo desenvolvido como o campo conceitual e aplicado do mapeamento cultural. Freitas destaca os desafios de incorporar esta última abordagem, caracterizada por aspectos qualitativos e intangíveis, "nas necessidades mais tangíveis e utilitárias do planeamento de políticas públicas" (Freitas, 2016: 10).

De uma perspectiva das políticas culturais ou do planeamento cultural, a maioria dos projetos de mapeamento cultural ainda tende a adotar uma 'abordagem de inventário', estipulando uma contabilidade de bens culturais tangíveis, recursos patrimoniais, espaços culturais e organizações artísticas e culturais, que fornecem informações de identificação dos aspectos relacionais, grupos e possíveis lacunas, que servirão ao planeamento e ação a partir dessa base de conhecimento. Esses processos são valiosos de várias maneiras. O processo de mapeamento tende a revelar recursos inesperados, construir novos conhecimentos, articular perspectivas alternativas e pode promover conexões intersetoriais. Esses projetos de mapeamento cultural podem servir ainda como uma ferramenta jurídica reunindo profissionais da cultura, sociedade civil e governo (Essaadani, 2015); fornecendo um espaço colaborativo para que usuários, planejadores, gestores e pesquisadores da área de cultura trabalhem conjuntamente (Attard, 2015); e, aditivamente, salientar temas e áreas que requerem atenção política adicional (Kessab, 2015).

Por exemplo, como resultado do crescente interesse dos governos e da sociedade civil na região do Magrebe do norte da África, um conjunto de mapeamentos culturais foi realizado, estabelecendo inventários de atores e ativos do setor cultural, a fim de melhor atender às necessidades específicas dos cidadãos e auxiliar na concepção e desenho de políticas específicas. Os mapas ajudaram a identificar disparidades culturais regionais e destacaram onde era necessária uma maior proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, tanto no que se refere ao patrimônio cultural tangível quanto ao intangível (Kessab, 2015). Na Europa, alguns projetos de mapeamento cultural visam prever os futuros 'hotspots' da economia criativa com base no mapeamento de grupos empreendedores criativos emergentes, o que complementa de forma valiosa o mapeamento tradicional de ativos e instituições culturais 'que atraem turistas', como museus históricos e galerias de arte (Sacco, 2015).

Em muitas cidades também podemos observar projetos de mapeamento cultural participativos com foco em determinados bairros e vizinhanças, explorando memórias, bens culturais, questões específicas e as aspirações dos residentes. Nestes projetos, o mapeamento cultural sedimenta uma plataforma de conversação e ponto de encontro, viabilizada por meio de vários *workshops* presenciais e também de plataformas online de *crowdsourcing*. Os projetos podem facilitar o envolvimento direto dos residentes e de outros usuários do local na coleta de informações, discussões e decisões sobre o seu desenvolvimento. O mapeamento cultural pode criar oportunidades de diálogos entre a comunidade e as autoridades locais, oferecendo "diversas fontes de informação [que] podem superar as limitações da opinião de especialistas" (Bettencourt & Castro, 2015: 28). Pode fornecer ainda informações que não representam uma 'resposta final' ou 'resultado final', mas devem ser vistas, em vez disso, como "disparadores de discussão" abrindo perspectivas inauditas sobre os resultados do mapeamento e do desenvolvimento local (Nummi & Tzoulas, 2015: 172; ver também Pillai, 2015).

À medida que a natureza do conhecimento coletado por meio desses tipos de projetos de mapeamento cultural se aprofunda e o envolvimento da comunidade torna-se mais central para a criação de mapas culturais, questões públicas e expectativas sobre o que acontecerá com aquilo que se descobriu, os conhecimentos desenvolvidos e como estes serão usados, tendem a tornarem-se mais proeminentes. A situação destaca duas questões. Primeiro, uma preocupação de ordem metodológica: como incorporar pesquisas e descobertas qualitativas complexas e baseadas na comunidade nos processos de planeamento e políticas públicas. Em segundo lugar,

uma preocupação de ordem política: como garantir que a política em si, o planeamento e os processos levem em consideração as questões levantadas.

O primeiro ponto levanta uma série de problematizações: Como a política cultural pode se envolver com ambigüidade, sensualidade, intensidade e subjetividade? Quais valores culturais - quais "elementos corporificados, efêmeros, transitórios, táteis e afetivos" (Longley & Duxbury, 2016: 4) - encontram-se "para além do radar" do planeamento urbano? As práticas e conhecimentos culturais intangíveis podem ser transmutados em indicadores, tornando-os elementos mais tangíveis e mais "padronizáveis" a serem utilizados para fins de política pública e planeamento? Como abordar o perigo envolvido no processo de "captura" do conhecimento, das histórias, das memórias, de modo que esse não "fossilize" as práticas e as experiências compartilhadas?

Embora capturar e preservar essas informações seja normalmente uma parte significativa dos objetivos das iniciativas de mapeamento cultural, manter as informações coletadas "vitais" - e vivas - também o é. Isso aponta a uma necessidade de consideração séria dos usos ativos, das dinâmicas que são reveladas e das possibilidades - em diferentes camadas - de interpretação, reinterpretção, tradução, reutilização e renovação. Nessa perspectiva, a política cultural e os processos de planeamento precisam ampliar seu escopo para poder incorporar, de diferentes maneiras, os aspectos mais intangíveis dos significados culturais específicos do lugar, caracterizados pelo pluralismo e diversidade com múltiplas camadas de conhecimento, experiências, histórias, e memórias - mesmo que - potencialmente conflitantes. Visando esse fim, pesquisadores e profissionais podem trabalhar no sentido de desenvolver maneiras inovadoras de organizar e comunicar essas informações de modo que possam ser incluídas no planeamento e em outros processos coletivos. Ao examinar esta questão mais detalhadamente, percebe-se que as experiências de comunidades indígenas (e de outras comunidades) utilizando o mapeamento cultural para fins de revitalização cultural podem revelar-se perspicazes, com particular atenção aos múltiplos valores e ações habilitadas por meio de abordagens interativas de mapeamento, análise, interpretação, planeamento e ação comunitária.

A segunda questão levantada versa sobre a necessidade de adicionar uma dimensão política "formal" às iniciativas de mapeamento cultural que se destinam a informar o planeamento e o desenvolvimento de políticas (públicas). O mapeamento cultural ainda não está integrado e regularizado nos processos de planeamento (Evans, 2015). Se a cultura deve ser uma parte fulcral dos processos de planeamento e desenvolvimento urbano e comunitário, os projetos de mapeamento cultural devem ser integrados em sistemas mais regularizados, com conexões diretas entre os processos de mapeamento e planeamento/tomada de decisão (Häyrynen, 2015; ver também Allegretti *et al.*, 2014). Os projetos participativos aumentam as expectativas da comunidade sobre o desenvolvimento futuro e, se/quando a participação não produz nenhum efeito concreto, "uma desilusão em relação à participação e ao planeamento colaborativo pode se seguir [...], prejudicando em vez de servir ao objetivo da cidadania ativa e, em última análise, falhando em mitigar a marginalização" (Häyrynen, 2015: 113). Avançar nesta frente requer trabalho adicional sobre como integrar as ferramentas de mapeamento cultural e de pensamento numa abordagem que articula-se tradicionalmente de baixo para cima (*bottom-up*) em sistemas de planeamento geralmente dirigidos administrativamente de cima para baixo (*top-down*), apoiados, portanto, por pesquisas comparativas sobre iniciativas de mapeamento cultural pilotos

que estão informando diretamente o planejamento local (por exemplo, Nummi & Tzoulas, 2015). A descoberta de experiências em outras áreas de domínio usando técnicas de mapeamento para o envolvimento, planejamento e tomada de decisão da comunidade também seriam valiosas (por exemplo, Robinson et al., 2016). Complementando isso, mais discussões e diálogos com políticos, planejadores e outros tomadores de decisão sobre os benefícios das abordagens de mapeamento cultural participativo seriam bastante valiosas.

Concluindo esta seção, também gostaria de destacar uma questão de ordem temporal. O mapeamento cultural em grande parte continua a ser compreendido e implementado como projetos "únicos". Em um contexto social onde os dados para entender as mudanças longitudinais e o monitoramento com base no cidadão são valorizados, parece necessário monitorar as mudanças culturais e suas continuidades ao longo do tempo, de modo a informar a política e o planejamento cultural continuamente. Se encararmos a cultura de modo a englobar um conjunto intrinsecamente dinâmico - de multicamadas, de recursos complexos, infraestruturas, ações, relacionamentos, expressões, conhecimentos, memórias e potencialidades - em nossas cidades e regiões, uma abordagem multidimensional e dinâmica para o entendimento de suas formas parece, todavia, essencial. Em suma, os projetos de mapeamento cultural ganhariam envergadura por meio de sua continuidade ao longo do tempo. Tal prática deve estar ligada à integração do mapeamento cultural em programas de pesquisa de longo prazo, bem como em processos de formulação de políticas e planejamento, ambos ainda bastante raros.

4. Concluindo: Metodologias em evolução

Com a adoção do mapeamento cultural como uma metodologia emergente em uma variedade de áreas de pesquisa - refletindo a virada de muitas disciplinas nos últimos anos - as abordagens metodológicas para o mapeamento cultural estão se expandindo. Os pesquisadores estão cruzando teorias e metodologias de várias disciplinas para investigar e articular as culturas e os significados de lugares específicos para as pessoas que neles vivem. O interesse em 'tornar o intangível visível' tem aumentando a importância de "basear-se em tradições de pesquisa cultural que são primordialmente de natureza qualitativa e, em casos específicos, em tradições de investigação de ordem etnográficas e artísticas" (Duxbury, Garrett-Petts & MacLennan, 2015: 18). Os projetos de mapeamento dos alunos de Kimberly Powell (2010: 539) na Cidade do Panamá, por exemplo, defendem a contribuição única dos mapas culturais como um método visual e qualitativo de investigação, "particularmente das maneiras como a estética contemporânea do mapeamento pode ser operada para evocar a experiência vivida de questões sociais, culturais e políticas relacionadas ao lugar". Diversas abordagens artísticas e de "mapeamento profundo" (*deep mapping*) estão produzindo um "espectro complexo que, por sua vez, revela articulações inesperadas" e, assim, fornecem e inspiram novas perspectivas em lugares específicos (Johnson, 2015: s/p.).

A amplitude dessa experimentação serve como um terreno rico para o avanço de metodologias e teorias de pesquisa. Novas abordagens metodológicas estão sendo inventadas, muitos inovando a partir de "mistura de abordagens de pesquisa, análises, documentações, interpretações e comunicações direcionadas a múltiplos públicos" (Longley & Duxbury, 2016: 6; ver também Radović, 2016). Esses métodos experimentais de investigação estão levando o campo emergente a repensar a relação entre cultura e mapeamento "apartando-o do literal e geográfico, em direção a investigações com representações alternativas das relações humano-lugar e as ideias que

usamos para marcação e navegação" (Duxbury & Saper, 2015: np). No entanto, a ampla gama de abordagens também configura desafios a uma compreensão do 'todo' do campo, que pode parecer multifacetado, com interpretações de mapeamento e representação indo muito além das representações geográficas literais dos contextos físicos (ver, por exemplo, Saper & Duxbury, 2015).

Voltando às suas bases, o mapeamento cultural pode fornecer uma estrutura de organização clara para reunir modos híbridos de informação e, portanto, possui um grande potencial como uma metodologia para projetos interdisciplinares. O mapa em si pode incorporar informações espaciais e cronológicas, descrições, narrativas, sons, imagens estáticas e em movimento, além de dados quantitativos e qualitativos através de uma interface visual que carrega qualidades afetivas e estilísticas, bem como informações "básicas" (Longley & Duxbury, 2016). Os processos por meio dos quais muitos mapas culturais são criados engendram-se na participação comunitária tornando-se, assim, sensíveis às múltiplas formas de conhecimento, experimentação e articulação de significados culturais pluralistas de lugares específicos. Eles visam, de várias maneiras, destacar a vida dinâmica dos lugares em sua complexidade, diversidade e riqueza.

Ainda assim, a maioria dos projetos de mapeamento cultural tende a prestar mais atenção aos processos de criação e desenvolvimento de mapas culturais ao invés de atentarem-se aos usos e públicos dos mapas em questão. Há alguns sinais de que essa tendência pode estar mudando, com alguns projetos destacando a importância em se fornecer maior consideração aos públicos e contextos de uso do conhecimento aferido e articulado através de produtos oriundos de mapeamento cultural, e às formas em que esses usos podem ser construídos nos processos gerais de criação/ desenvolvimento (ver, por exemplo, Eräranta *et al.*, 2016). Esta é, contudo, uma ponte que precisa ser fortalecida. Embora reconheça a importância de um amplo escopo para experimentação e pesquisa "pura", a evolução do mapeamento cultural como um campo também se beneficiará do contínuo entrelaçamento entre a pesquisa acadêmica e artística nos contextos políticos, jurídicos e de planejamento.

Como Graeme Evans (2015) e outros observaram, o mapeamento cultural ainda não está integrado e regularizado dentro dos processos de planejamento, permanecendo amplamente às margens desses esforços e, sobretudo, como iniciativas especiais e/ou únicas. Os investimentos para contornar esta situação devem explorar uma melhor integração entre os processos de articulação e desenvolvimento de conhecimento participativo - com suas descobertas complexas, em distintas camadas, tanto quantitativas quanto qualitativas, percepções e interpretações baseadas na comunidade - no interior dos processos de planejamento, políticas e tomada de decisões. Por sua vez, uma integração do mapeamento cultural participativo de modo significativo aos procedimentos de planejamento e política cultural comunitária, permitirá com que os cidadãos construam mapas de maneira colaborativa, podendo servir como suporte ao desenvolvimento do conhecimento local e uma compreensão mais substancial do lugar, lançando as bases de planejamento, de fato, coletivo e da ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allegretti, Giovanni, Duxbury, Nancy, Serapioni, Mauro, and Silva Pereira, Merielly (2014). *Basic principles of community-based monitoring*. Barcelona: United Cities and Local Governments (UCLG). Accessed on <http://www.uclg.org/en/media/news/basic-principles-community-based-monitoring>
- Amazon Conservation Team (2008). *Methodology of collaborative cultural mapping*. Brasília: Equipe de Conservação da Amazônia Edições. Accessed on http://www.equipe.org.br/publicacoes_dentro.php?tipoid=1

- Attard, Maria (2015, October 22). *Cultural mapping: Tools to engage*. Communication presented at the Mapping Culture: Debating Places and Spaces conference, organized by Valletta2018, Valletta, Malta.
- Balardi, Soledad (2015). Identifications, cultures, and 'groupness': Reflecting on culture from ethnographic research in Argentina. *Culture and Local Governance*, 5(1-2), pp. 151–160. Accessed on <https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clg-cgl/article/view/1469>
- Bettencourt, Leonor, and Castro, Paula (2015). Diversity in the maps of a Lisbon neighbourhood: Community and 'official' discourses about the renewed Mouraria. *Culture and Local Governance*, 5(1–2), pp. 23–44. Accessed on <https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clg-cgl/article/view/1456>
- Bennett, Tony, and Mercer, Colin (1997). *Improving research and international cooperation for cultural policy*. Report prepared for UNESCO Intergovernmental Conference on Cultural Policies for Development. Accessed at <http://www.ericarts.org/web/files/86/en/bennet-mercet.pdf>
- Chan, Kai M. A., Guerry, Anne D., Balvanera, Patricia, Klain, Sarah, Satterfield, Terre, Basurto, Xavier, et al. (2012). Where are *cultural* and *social* in ecosystem services? A framework for constructive engagement. *Bioscience*, 62(8), pp. 744–756.
- Crawhall, Nigel (2001). *Written in the sand: Auditing and managing cultural resources with displaced indigenous people*. Cape Town: South African San Institute (SASI). Accessed on www.san.org.za and www.sanculture.org.za/body.htm
- Crawhall, Nigel (2007). *The role of participatory cultural mapping in promoting intercultural dialogue – 'We are not hyenas'*. Paris: UNESCO.
- Deveau, Danielle J., and Goodrum, Abby (2015). Mapping culture in the Waterloo Region: Exploring dispersed cultural communities and clustered cultural scenes in a medium-sized city region. *Culture and Local Governance*, 5(1–2), pp. 61–82. Accessed on <https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clg-cgl/article/view/1458>
- Dick, Ben (2015). Neighbourhood cultural mapping: Lessons learned from a pilot project in Bayshore. *Culture and Local Governance*, 5(1–2), pp. 83–99. Accessed on <https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clg-cgl/article/view/1466>
- Duxbury, Nancy (2015). Positioning cultural mapping in local planning and development contexts: An introduction. *Culture and Local Governance*, 5(1–2), pp. 1–7. Accessed on <https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clg-cgl/article/view/1437>
- Duxbury, Nancy, and Saper, Craig (2015). Introduction: Mapping culture multimodally. *Hyperrhiz*, no. 12. Accessed on <http://hyperrhiz.io/hyperrhiz12/introduction/introduction.html>
- Duxbury, Nancy, Garrett-Petts, W. F., and MacLennan, David (2015). Cultural mapping as cultural inquiry: Introduction to an emerging field of practice. In Nancy Duxbury, W. F. Garrett-Petts, and David MacLennan (Eds.), *Cultural mapping as cultural inquiry*, pp. 1–42. New York: Routledge.
- Eräranta, Kirsi, Leino, Tomi, Seppälä, Tuuli, Viña, Sandra, and Timonen, Eija, (2016). Mapping the Pig Tale Journey: A multidisciplinary design framework for cultural mapping in an old abattoir. *City, Culture and Society*, 7(1), pp. 25–33.
- Essaadani, Aadel (2015, October 22). *Knowing what exists to help decide: The context of the implementation of the 'Etats généraux de la culture au Maroc'*. Communication at Mapping Culture: Debating Places and Spaces conference, organized by Valetta2018, Valletta, Malta.
- Evans, Graeme (2015). Cultural mapping and planning for sustainable communities. In Nancy Duxbury, W. F. Garrett-Petts, and David MacLennan (Eds.), *Cultural mapping as cultural inquiry*, pp. 45–68. New York: Routledge.
- Freitas, Raquel (2016). Cultural mapping as a development tool. *City, Culture and Society*, 7(1), pp. 9–16.
- Gieseeking, Jack Jen (2013). Where do we go from here: The mental sketch mapping method and its analytical components. *Qualitative Inquiry*, 19(9), pp. 712–724.
- Häyrynen, Maunu (2015). Cultural planning in the Eastern Pori suburbs: Applicability of the approach? *Culture and Local Governance*, 5(1–2), pp. 101–116. Accessed on <https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clg-cgl/article/view/1465>
- Jeannotte, M. Sharon (2016). Story-telling about place: Engaging citizens in cultural mapping. *City, Culture and Society*, 7(1), pp. 35–41.
- Johnson, Petra (2015). Composing the ordinary, part 1: Beginnings. *Hyperrhiz*, Summer, no. 12. Accessed on <http://hyperrhiz.io/hyperrhiz12/conversing-with-maps/1-johnson-composition-of-the-ordinary.html>
- Kessab, Ammar (2015, October 22). Cultural mapping in the Maghreb region: Statement and uses. Communication at Mapping Culture: Debating Places and Spaces conference, organized by Valetta2018, Valletta, Malta.
- Longley, Alys, and Duxbury, Nancy (2016). Introduction: Mapping cultural intangibles. *City, Culture and Society*, 7(1), pp. 1-7.
- Mesquita, André Luiz (2013). *Mapas dissidentes: Proposições sobre um mundo em crise (1960-2010)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Nummi, Pilvi, and Tzoulas, Tuija (2015). Engaging citizens in cultural planning with a web map survey. *Culture and Local Governance*, 5(1–2), pp. 161–173. Accessed on <https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clg-cgl/article/view/1470>
- Ortega Nuere, Cristina, and Bayón, Fernando (2015). Cultural mapping and urban regeneration: Analyzing emergent narratives about Bilbao. *Culture and Local Governance*, 5(1–2), pp. 9–22. Accessed on <https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clg-cgl/article/view/1455>

- Pillai, Janet (2013). *Cultural mapping: A guide to understanding place, community and continuity*. Petaling Jaya, Malaysia: Strategic Information and Research Development Centre.
- Pillai, Janet (2015). Engaging public, professionals, and policy-makers in the mapping process. In Nancy Duxbury, W. F. Garrett-Petts, and David MacLennan (Eds.), *Cultural mapping as cultural inquiry*, pp. 153–169. New York: Routledge.
- Poole, Peter (2003, March). *Cultural mapping and indigenous peoples*. Report prepared for UNESCO. Accessed on http://www.iapad.org/publications/ppgis/cultural_mapping.pdf
- Powell, Kimberly (2010). Making sense of place: Mapping as a multisensory research method. *Qualitative Inquiry*, 16(7), pp. 539–555.
- Radović, Darko (2016). Measuring the non-measurable: On mapping subjectivities in urban research. *City, Culture and Society*, 7(1), pp. 17–24.
- Redaelli, Eleonora (2015). Cultural mapping: Analyzing its meanings in policy documents. In Nancy Duxbury, W. F. Garrett-Petts, and David MacLennan (Eds.), *Cultural mapping as cultural inquiry*, pp. 86–98. New York: Routledge.
- Robinson, Catherine J., Maclean, Kirsten, Hill, Ro, Bock, Ellie, and Rist, Phil (2016). Participatory mapping to negotiate indigenous knowledge used to assess environmental risk. *Sustainability Science*, 11, pp. 115–126. doi:10.1007/s11625-015-0292-x
- Sacco, Pier Luigi (2015, October 23). Cultural mapping and system-wide cultural districts: Results from Italian and Swedish case studies. Communication at Mapping Culture: Debating Places and Spaces conference, organized by Valletta2018, Valletta, Malta.
- Saper, Craig, and Duxbury, Nancy (Guest Eds.) (2015, Summer). Special issue: Mapping culture multimodally, *Hyperrhiz*, no. 12. Accessed on <http://hyperrhiz.io/hyperrhiz12/>
- Stewart, Sue (2007). *Cultural mapping toolkit*. Vancouver: Creative City Network of Canada and 2010 Legacies Now. Accessed on http://www.creativecity.ca/database/files/library/cultural_mapping_toolkit.pdf
- UNESCO (2003). *Mapping of indigenous cultural resources*. Paris: UNESCO. Accessed on <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/culture-and-development/unesco-and-indigenous-peoples-partnership-for-cultural-diversity/cultural-mapping/>
- UNESCO – Bangkok Office (2015). *Tools for safeguarding culture: Cultural mapping*. Bangkok: UNESCO. Accessed on <http://www.unescobkk.org/culture/tools-and-resources/tools-for-safeguarding-culture/culturalmapping/>
- Veronnezi Pacheco, João Luís, and Carvalho, Claudia Pato (2015). Arteria – a regional cultural mapping project in Portugal. *Culture and Local Governance*, 5(1–2), pp. 117–136. Accessed on <https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/clg-cgl/article/view/1467>

Nancy Duxbury. Doutora em Comunicação pela Simon Fraser University (Canadá), com especialização em desenvolvimento cultural e políticas relacionadas à publicação de livros. Investigadora sénior e coordenadora do Grupo de Investigação Cidades, Culturas e Arquitetura do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, e membro da Rede Europeia de Peritos em Cultura. Centro de Estudos Sociais (Alta). Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. E-mail: duxbury@ces.uc.pt. ORCID: 0000-0002-5611-466X.

Ana Oliveira. Doutoranda do Programa Doutoral de Estudos Urbanos do ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com a referência SFRH/BD/101849/2014. DINÂMIA’CET-IUL. Av. das Forças Armadas, 2W4-d | 1649-026 Lisboa, Portugal, Portugal. E-mail: ana.s.s.oliveira@gmail.com. ORCID: 0000-0003-4013-8584.

Henrique Grimaldi Figueredo. Doutorando do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Rua Cora Coralina, 100 - Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas - São Paulo - Brasil - CEP 13083-896. E-mail: henriquegrimaldifigueredo@outlook.com. ORCID: 0000-0002-6324-4876.

Agradecimentos

Este artigo foi publicado anteriormente em língua inglesa no periódico *Mouseion*, no. 33, em 2019.

Receção: 04-09-2020

Aprovação: 12-09-2020

Citação:

Duxbury, Nancy (2020). Mapeamento cultural. Enfrentar o desafio de políticas e planeamento culturais mais participativos e pluralistas. Tradução de Ana Oliveira e Henrique Grimaldi Figueredo. *Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura*, 3(2), pp. 10-24. ISSN 2184-3805. DOI: 10.21747/21843805/tav3n2a1